

IV Colóquio Luso-Brasileiro Direito e Informação
17 e 18 de março de 2016

Luísa Neto
Fernanda Ribeiro
[Org.]

DIREITO E INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE ATAS



PORTO
2016

IV Colóquio Luso-Brasileiro Direito e Informação
17 e 18 de março de 2016

Organização

Luísa Neto
Fernanda Ribeiro

DIREITO E INFORMAÇÃO NA
SOCIEDADE EM REDE

ATAS

Porto
Faculdade de Direito e Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2016

Ficha técnica:

Título: Direito e Informação na Sociedade em Rede: atas
Autor: IV Colóquio Luso-Brasileiro Direito e Informação
Organização: Luísa Neto e Fernanda Ribeiro
Edição: Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
ISBN 978-989-746-101-9; ISBN 978-989-8648-81-5
Formatação e arranjo gráfico: Gil Silva

Nota: não foi seguido o Acordo Ortográfico, dada a variedade de grafias seguidas pelos autores, as quais se mantiveram na íntegra.

Sumário

Programa Geral.....	viii
Apresentação.....	1
Conferência inaugural.....	3
Keynote Speakers Textos.....	14
TEMA 1:	
Open data	73
TEMA 2:	
Organização da informação para a gestão do conhecimento	231
TEMA 3:	
Administração electrónica.....	313
TEMA 4:	
Mudança de paradigma na organização e pesquisa de informação	456
Índice de Autores	529
Índice de Títulos.....	530

DIREITOS DE AUTOR EM PORTUGAL: a perspetiva dos profissionais da informação

ANA LÚCIA TERRA
Instituto Politécnico do Porto, Portugal
CETAC.MEDIA, Portugal
anaterre@eseig.ipp.pt

Resumo: Apresentam-se e analisam-se os resultados portugueses de um inquérito focado no levantamento das opiniões, perceções e experiências relacionadas com questões de direitos de autor de profissionais da informação, maioritariamente bibliotecários. Foi aplicado um inquérito com 22 perguntas, tendo sido recolhidos 127 questionários completos. Depois da contextualização teórica, é feito o enquadramento do estudo português no âmbito do projeto internacional *Copyright policies of libraries and other cultural institutions*. De seguida, são tratados os dados relativos à caracterização da amostra, à familiaridade evidenciada pelos inquiridos relativamente às temáticas dos direitos de autor, ao seu nível de conhecimento sobre aspetos particulares deste âmbito, às políticas de direitos de autor nas instituições onde exercem a sua atividade profissional e à sua opinião no que respeita à formação sobre direitos de autor para os profissionais da informação. Por fim, são tecidas algumas considerações finais sublinhando os aspetos mais relevantes da pesquisa.

Palavras-chave: Direito de autor. Portugal. Profissionais de informação.

Abstract: Portuguese results from a survey focused on the opinions, perceptions and experiences related to copyright issues of information professionals, mainly librarians, are presented and analyzed. A survey with 22 questions was used and 127 completed questionnaires were collected. After a theoretical contextualization, the framework of the Portuguese study in the international project *Copyright literacy of libraries and other cultural institutions* is explained. Then, a data presentation and analysis is made regarding the characteristics of the sample, the awareness shown by respondents regarding the issues of copyright, their level of knowledge about particular aspects of this issue, the copyright policies in their institutions and their opinion with regard to training on copyright for information professionals. Final considerations highlight the most relevant aspects of the research.

Keywords: Copyrights. Portugal. Library and Information Science professionals.

1. Introdução

As mudanças introduzidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação nos meios e suportes de acesso e difusão da informação suscitam problemáticas cada vez mais complexas em matéria de direito de autor e de direitos conexos. Neste contexto, os profissionais da informação têm de lidar com novas questões diretamente ligadas a este âmbito, como por exemplo licenças para uso de certas fontes de informação, condições de uso dessas licenças em termos institucionais, direitos de autor no âmbito de repositórios institucionais, direitos de autor relacionados com recursos disponibilizados em contexto de e-learning, licenças Creative Commons ou a noção de uso aceitável, entre outros. Estes profissionais debatem-se pois com questões de direito de autor cada vez mais complexas e que convocam conhecimentos e competências específicas. Partindo desta realidade, neste texto, são apresentados e discutidos os resultados portugueses de um inquérito focado no levantamento das opiniões, perceções de experiências relacionadas com questões de direitos de autor e direitos conexos, junto de profissionais da informação, em especial dos que exercem a sua atividade em bibliotecas.

2. Contextualização teórica

A concessão de direitos para os autores relativamente às suas produções intelectuais, bem como à sua difusão, tem origem na primeira lei do direito a copiar, do *copy-right*, instituído na Inglaterra, com o *Statute of Anne*, lei de 1710, que atribuía o direito das cópias dos livros impressos aos autores e editores dessas cópias (Rosa, 2009). Assim, os direitos de autor tornaram-se uma realidade no dealbar da Modernidade, muito por força das mudanças tecnológicas introduzidas na produção dos livros pela invenção da imprensa mecânica, em meados do século XV.

Ao longo do tempo, a legislação criada no âmbito desta matéria procurou equilibrar os incentivos à criação intelectual, proporcionando uma recompensa pelo esforço criativo, e a formação de um ambiente favorável à inovação e ao progresso, facultando um quadro legal que permita aos consumidores aceder a conteúdos protegidos no pleno respeito da legalidade. No fundo, a legislação em matéria de direitos de autor «(...) tem procurado o equilíbrio entre a recompensa pela criação e pelos investimentos do passado e a difusão futura de produtos do conhecimento» (Comissão das Comunidades Europeias, 2005, p. 4). Para a criação deste equilíbrio muito têm contribuído os serviços de informação, em especial as bibliotecas, as quais foram sendo beneficiadas com exceções e limitações às prerrogativas dos direitos de autor de modo a terem condições para difundir o conhecimento. Assim, tal como salientam Dias, Fernández Molina e Borges (2011, p. 182), as bibliotecas e os seus profissionais «(...) devem possuir um conhecimento da legislação em vigor, não só para o exercício das suas funções e para a sensibilização dos seus utilizadores, de modo a evitar situações conducentes a práticas ilícitas, mas também para aproveitarem todas as possibilidades que a lei lhes confere em seu benefício e no interesse dos seus utilizadores».

Partindo deste entendimento, alguns autores tem-se dedicado a averiguar qual o interesse e nível de conhecimento dos profissionais da informação relativamente à temática dos direitos de autor e direitos conexos. No entanto, esta é uma área de estudo que precisa de ser aprofundada pois a revisão da literatura revelou um número pouco significativo de publicações sobre a matéria.

No contexto português, podemos referir dois estudos, um relativo às bibliotecas universitárias e outro às bibliotecas municipais (Dias, Fernández Molina e Borges, 2011; Dias, Fernández Molina e Borges, 2013). O trabalho de Dias, Fernández Molina e Borges, de 2011, abrange uma amostra de 52 profissionais de bibliotecas universitárias públicas e privadas e revela um nível médio, com tendência positiva, de conhecimentos sobre legislação referente aos direitos de autor e de sensibilização para a temática. Nestes resultados, poderemos destacar o facto de os inquiridos considerarem num grau bastante elevado, acima do nível 4 na escala de Likert, que as ações de sensibilização/formação sobre os direitos de autor são imprescindíveis para os utilizadores. Quando chamados a pronunciarem-se sobre aspetos particulares da Directiva 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação, verifica-se que, na maioria das afirmações em relação às quais se deviam pronunciar, os respondentes optam tendencialmente por uma posição neutra, indicando nem concordo/nem discordo. Face a estes resultados os autores concluem que os profissionais que constituíram a amostra evidenciam poucos conhecimentos sobre a atual legislação do direito de autor, apesar de se mostrarem sensibilizados para a importância da harmonização das leis do direito de autor, no contexto da UE, no sentido de sustentar o desenvolvimento da sociedade da informação, o que inclui a importância da existência de um código europeu sobre o direito de autor. No estudo publicado em 2013, os mesmos autores basearam a sua análise nas respostas de uma amostra de 104 profissionais de bibliotecas municipais (Dias, Fernández Molina e Borges, 2013). Os resultados foram bastante semelhantes aos revelados pela pesquisa referida anteriormente, parecendo ter sido aplicado o mesmo questionário. As respostas situam-se essencialmente no ponto neutro da escala de Likert, não concordo/nem discordo, o que pode significar a inexistência de uma opinião formada sobre a matéria, decorrente da falta de sensibilização dos profissionais da informação sobre este assunto, implicando um certo desconhecimento da temática, em especial quando abordados tópicos da Directiva 2001/29/CE. Segundo os autores, «a falta de conhecimentos sobre direitos de autor afeta negativamente o seu desempenho profissional e impede uma adequada conciliação entre os interesses das partes implicadas: os titulares dos direitos, por um lado, e os utilizadores, por outro» (Dias, Fernández Molina e Borges, 2013, p. 587).

No contexto internacional, há que destacar a publicação do estudo comparativo das competências relacionadas com os direitos de autor por parte dos profissionais da informação conduzido por Todorova, *et al.* (2014), na Bulgária, Croácia, França e Turquia, e a análise parcelar dos resultados da mesma pesquisa realizada em França (Boustany, 2014). Genericamente, os dados recolhidos por Todorova, *et al.* (2014) evidenciaram um nível de familiaridade e de conhecimento, das matérias de direitos de autor e direitos conexos, pouco satisfatório sublinhando a necessidade de melhorias ao nível da formação inicial e da formação contínua. Ainda assim, os

inquiridos reportaram um interesse significativo em relação a iniciativas nacionais e internacionais enquadráveis nesta temática, o que pode constituir uma boa base de trabalho para iniciativas a desenvolver por parte de associações profissionais. Boustany (2014) vai mais longe e refere que os resultados franceses revelam a inadequação dos planos de estudo que formam os profissionais da informação bem como lacunas ao nível da formação contínua. Na sua opinião, a complexidade da lei em geral e as especificidades dos direitos de autor em particular exigem uma formação mais aprofundada.

De seguida, é com base nesta contextualização que iremos debruçar-nos sobre a realidade portuguesa, analisando os elementos reunidos através da aplicação do instrumento de recolha de dados definido no estudo de Todorova, *et al.* (2014).

3. Enquadramento do estudo

Os resultados apresentados e analisados neste estudo enquadram-se numa pesquisa internacional liderada pela State University of Library Studies and Information Technologies, de Sófia, na Bulgária, intitulada *Copyright policies of libraries and other cultural institutions*, que foi financiada, entre 2012-2014, pelo Ministério da Educação, Juventude e Ciência daquele país. Numa primeira fase, o projeto incidiu na criação de uma bibliografia temática sobre direitos de autor, tendo sido compilados cerca de 3200 registos (Yankova, *et al.*, 2013). Com base numa revisão bibliográfica deste material recolhido, e na segunda fase do projeto, foi criado um questionário destinado a recolher dados sobre as opiniões, perceções e experiências relacionadas com questões de direitos de autor junto de bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros profissionais de instituições culturais de quatro países (Bulgária, Croácia, França e Turquia). O questionário *Copyright literacy of specialists from libraries and other cultural institutions* foi concebido para investigar comparativamente o grau de conhecimento e as competências dos profissionais da informação em diferentes países. Neste sentido, destina-se a averiguar em que medida os profissionais da informação estão familiarizados com a temática do direito de autor e direitos conexos; qual o seu conhecimento das políticas e das práticas de direito de autor no seu país e na instituição onde exercem a sua profissão; qual a sua opinião relativamente à inclusão de temáticas relacionadas com os direitos de autor na formação académica e na formação contínua; identificar aspetos a serem melhorados em relação às competências dos profissionais da informação no que respeita aos direitos de autor e comparar diferenças e semelhanças entre os diferentes países envolvidos no estudo (Todorova, *et al.*, 2014).

Em termos de estrutura, este instrumento de recolha de dados está organizado em quatro partes. A primeira diz respeito a conhecimentos gerais e perceções dos direitos de autor e aspetos conexos no âmbito específico dos serviços de informação e outras instituições culturais, abrangendo dez questões. A segunda parte, incluindo uma só pergunta, incide na existência de políticas de autor a nível institucional. Os aspetos relevantes para a formação sobre questões de direito de autor e direitos conexos compõem a terceira parte do questionário, abarcando cinco perguntas. A

quarta parte do inquérito aborda dados gerais dos inquiridos (sexo, idade, formação e enquadramento profissional), de modo a caracterizar a amostra, incluindo seis questões. Assim, no total, o inquérito apresenta 22 perguntas, a maioria com opções de respostas fechadas, algumas das quais aplicando a escala de Likert.

Inicialmente, o questionário foi desenvolvido em inglês e depois traduzido nas línguas dos países onde foi distribuído, tendo sido difundido online através da plataforma LimeSurvey, onde foi criado um coletor para cada país participante. Aos quatro países iniciais foram-se juntando outros, tendo havido um alargamento progressivo, a partir do primeiro trimestre de 2014, ao Reino-Unido, Itália, EUA, Roménia, Finlândia, Hungria, Portugal, México, Lituânia, Noruega e Brasil. Assim, Portugal integrou este grupo de trabalho no primeiro semestre de 2014, tendo aplicado o inquérito entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015.

Em Portugal, foi criada uma amostra por conveniência, com o envio de 2.500 mensagens de *e-mail* tanto para instituições (bibliotecas, arquivos e museus) como para profissionais. O questionário foi iniciado 209 vezes, tendo-se registado 127 questionários completos. Será nestes questionários completos que irá incidir a apresentação e análise dos resultados.

4. Apresentação e análise dos resultados

4.1. Caracterização geral da amostra

Na amostra de 127 profissionais, 73,2% (nº 93) são do sexo feminino e 26,7% (nº 34) do sexo masculino (Q17). Verifica-se assim um predomínio de género, confirmando a ideia comum de que as profissões da informação são exercidas essencialmente por mulheres e estando alinhado com dados anteriores sobre a caracterização da profissão em Portugal (Pinto e Ochôa, 2006, p. 64).

No que respeita à faixa etária (Q18), o grupo mais numeroso é o dos 40-49 anos (41,7%, nº 53), seguindo-se os que têm entre 50-60 anos, com 24,4% (nº 31). Há ainda um número residual de 3,9% (nº 5) que se situa acima dos 60 anos. Assim, pode concluir-se que os inquiridos são profissionais de meia-idade, pois aqueles que se situam entre os 30-39 anos representam 22% (nº 28), enquanto os menos 30 anos são apenas 7,8% (nº 10). Estes dados parecem ser congruentes com as respostas à questão acerca do tempo de ligação à instituição onde exerce funções (Q22), ainda que naturalmente ao longo da sua carreira os profissionais possam mudar de entidade empregadora. Constata-se que perto de um quarto dos inquiridos (24,2%, nº 31) tem uma ligação à instituição onde trabalha há 20 anos ou mais, havendo ainda 20,4% (nº 26) que mantém esse vínculo entre 15 a 19 anos e 21,2% (nº 27) entre 10 e 14 anos. Portanto, pode afirmar-se que a maioria dos inquiridos deve dispor de um bom conhecimento da sua instituição, dada a sua ligação prolongada com esse contexto. Os restantes apresentam uma ligação à instituição onde exercem funções que varia entre 18,9% (nº 24), para as ligações entre 5 a 9 anos, e os 14,9% (nº 19) para os que aí trabalham há menos de 5 anos.

No que toca ao tipo de organismo onde os inquiridos exercem profissionalmente (Q21), constata-se que a maioria tem ligação a serviços bibliotecários: biblioteca académica (32,2%, n° 41), biblioteca municipal (9,4% n° 12), biblioteca escolar (2,3%, n° 3), biblioteca especializada (11,8%, n° 15). Havia também a opção “outro” onde muitos inquiridos (34,6%, n° 44) optaram por registar o tipo de instituição, ainda que essa tipologia estivesse incluída nas opções apresentadas, predominando diferentes categorias de bibliotecas. Há ainda a sublinhar que os serviços de arquivo estão sub-representados, com 7,8% de respondentes (n° 10). Esta situação é ainda mais problemática no caso dos museus, pois esta opção foi escolhida por apenas um inquirido. Face a estes números, impõe-se salientar que, no caso português, o objetivo inicial fixado de recolher contributos de profissionais da área dos serviços de arquivo e dos serviços museológicos acabou por não ser concretizado. Este facto pode encontrar explicação em diferentes motivos, como o de existir um maior número de bibliotecas do que de arquivos ou de museus, porque os endereços de e-mail selecionados pertenciam em maioria a bibliotecas e também porque os bibliotecários serão, dentre os profissionais da informação, aqueles que mais imediatamente se sentem preocupados com as questões relativas aos direitos de autor, ainda que as problemáticas desta área também se coloquem nos arquivos e nos museus de forma incisiva, por exemplo nas iniciativas de digitalização de acervos ou de disponibilização de informação online. Note-se, contudo, que no estudo já publicado sobre a recolha de dados na Bulgária, Croácia, França e Turquia, também há um predomínio significativo dos profissionais das bibliotecas (78%), havendo 19% a exercer a sua atividade noutro tipo de instituição cultural não especificada e apenas 2% em arquivos e 1% em museus (Todorova, *et al.*, 2014). No caso específico da França, esta situação é ainda mais acentuada pois em 329 inquiridos um exerce funções num museu e todos os restantes em diferentes tipos de bibliotecas, não havendo nenhum arquivista na amostra (Boustany, 2014).

Em termos de caracterização geral, podemos ainda referir os graus académicos (Q19) dos respondentes e a sua área de formação (Q20). O grupo maioritário é o que afirma ser licenciado (40,1%, n° 51), seguindo-se os detentores do grau de mestre (33,8%, n° 43). Os que frequentaram cursos de pós-graduação assinalaram a opção “outro” e correspondem a 15,7% (n° 20). Há ainda 10,2% (n° 13) dos inquiridos que indicou ter o doutoramento como o seu grau académico mais elevado.

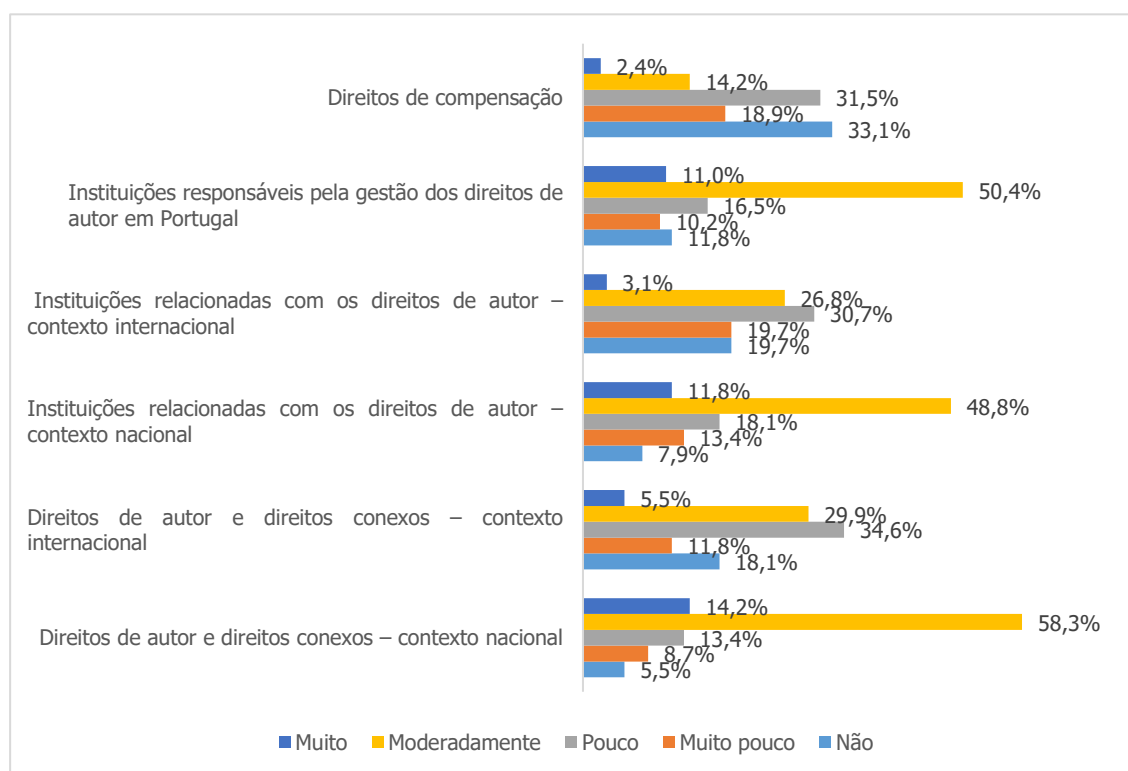
Quanto às áreas de formação, a maioria da amostra (58,2%, n° 74) afirma ter formação na área da Ciência da Informação – Biblioteconomia e 15,7% (n° 20) refere a área da Ciência da Informação – Arquivo. Assim, parecem predominar os profissionais oriundos de um modelo de formação dual, consentâneo com os Cursos de Especialização em Ciências Documentais, divididos em dois ramos (Biblioteca/Documentação e Arquivo), específico do contexto português entre a década de noventa do século passado e o final da primeira década do novo milénio. Note-se aliás que estes números se tornam mais compreensíveis se atendermos aos grupos etários da amostra caracterizados acima. Adicionalmente, há 12,6% (n° 16) dos inquiridos a afirmar que a sua formação é na área da História, 1,5% (n° 2) na Museologia e 2,3% (n° 3) no campo dos Estudos do Património. Houve também uma percentagem significativa de respondentes (34,6%, n° 44) que escolheu a opção “outros”, identificando a sua área de formação de modo muito variado, incluindo

Gestão, Ciências da Comunicação, Turismo, Filosofia, Informática, Engenharia, Ciências da Saúde, Sociologia ou Línguas, entre outras.

4.2. Familiaridade com temáticas dos direitos de autor

A primeira parte do questionário destinava-se a fazer um levantamento acerca de conhecimentos gerais em matéria de direitos de autor, bem como de opiniões relacionadas com esta temática. As três primeiras perguntas procuravam avaliar o grau de familiaridade dos inquiridos sobre diferentes vertentes dos direitos de autor, especialmente relevantes para os serviços de informação.

Gráfico 1 – Indique se está familiarizado com as temáticas seguintes
[Direitos de autor e instituições relacionadas] (Q1)

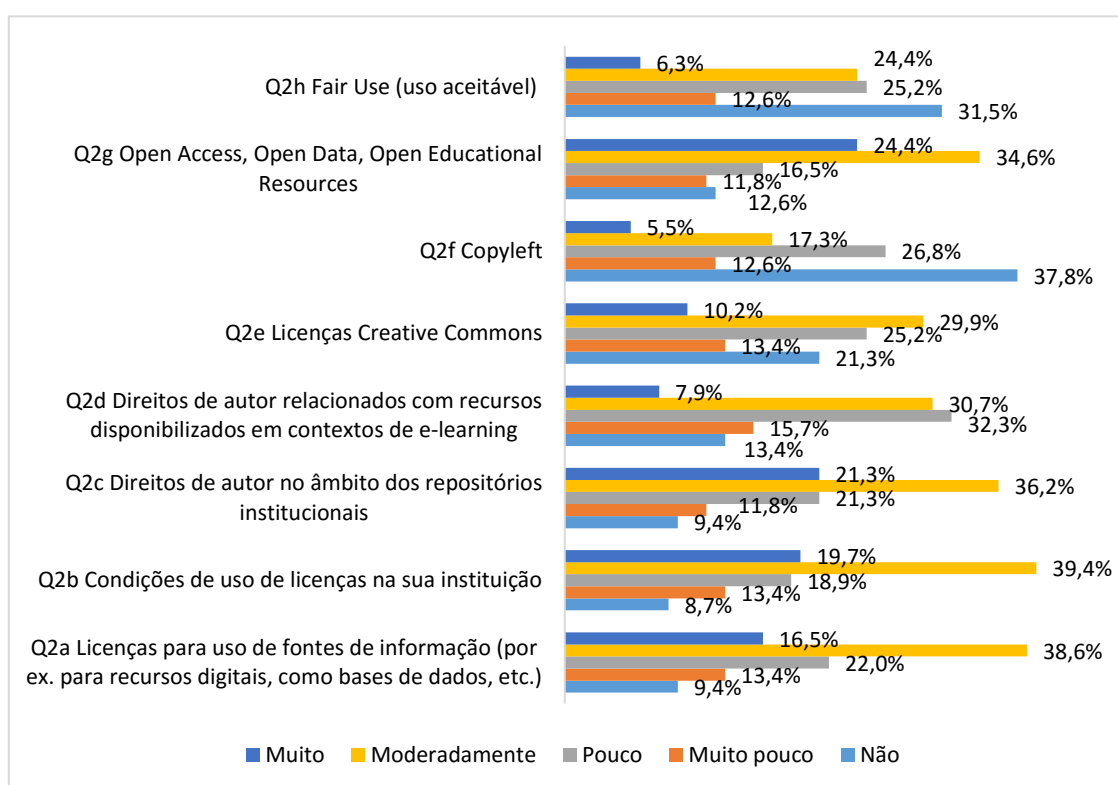


Conforme se pode constatar no Gráfico 1, quando inquiridos sobre a familiaridade com os direitos de autor (Q1), na amostra, predomina um conhecimento moderado no que respeita ao contexto nacional. Assim, mais de metade da amostra (58,3%) afirmou-se moderadamente familiarizada com os direitos de autor e direitos conexos, havendo o mesmo sentimento face às instituições responsáveis pela gestão dos direitos de autor em Portugal (50,4%) e para as instituições relacionadas com os direitos de autor no nosso país (48,8%). Verifica-se ainda que aqueles que se afirmam muito familiarizados com estas três temáticas no contexto nacional se situam entre os 11% e os 14,2%. Portanto, de acordo com o seu autorrelato e perceção pessoal, os inquiridos apresentam um nível de conhecimento dos direitos de autor que parece precisar de ser melhorado. Esta situação é ainda acentuada quando se considera o contexto internacional pois aí os respondentes tendem a afirmar que têm pouca familiaridade com os direitos de autor e direitos conexos (34,6%) e com as instituições relacionadas com os direitos de autor no contexto internacional (30,7%). Verifica-se

ainda, nestas duas temáticas, que aqueles que se consideram muito familiarizados representam percentagens residuais que variam entre os 5,5% e os 3,1%. No extremo oposto, aqueles se consideram muito pouco ou nada familiarizados com os direitos de autor e direitos conexos a nível internacional atingem os 29,9% e os que exprimem o mesmo grau de familiaridade com as instituições relacionadas com os direitos de autor no contexto internacional chegam aos 39,4%.

No que respeita aos direitos de compensação, verifica-se que se trata da temática com a qual o maior número de inquiridos referiu não estar familiarizado (33,1%), havendo também uma percentagem relevante (18,9%) que diz estar muito pouco familiarizada. No extremo oposto, só 2,4% sente estar muito familiarizado com o assunto.

Gráfico 2 – Indique se está familiarizado com as temáticas seguintes
[Direitos de autor - Condições de acesso] (Q2)



O Gráfico 2 ilustra os resultados da pergunta relativa à familiaridade dos inquiridos face a aspetos orientados para as condições de acesso no enquadramento dos direitos de autor (Q2). Verifica-se que em cinco temáticas predomina a afirmação de um conhecimento moderado, nomeadamente no que toca às licenças para uso de fontes de informação (incluindo recursos digitais) (38,8%), condições de uso de licenças na instituição com a qual o respondente tem o vínculo profissional (39,4%), direitos de autor no âmbito dos repositórios institucionais (36,2%), as licenças *Creative Commons* (29,9%) e com os aspetos relativos ao *Open Access*, *Open Data* e *Open Educational Resources* (34,6%). Verifica-se ainda que as vertentes com as quais têm menos familiaridade dizem respeito às questões do copyleft (37,8%) e do uso aceitável

(31,5%). Pode ainda constatar-se que as temáticas que registam o maior grau de familiaridade são os direitos de autor no âmbito dos repositórios institucionais (21,3%) e as condições de uso de licenças na instituição à qual o respondente pertence (19,7%).

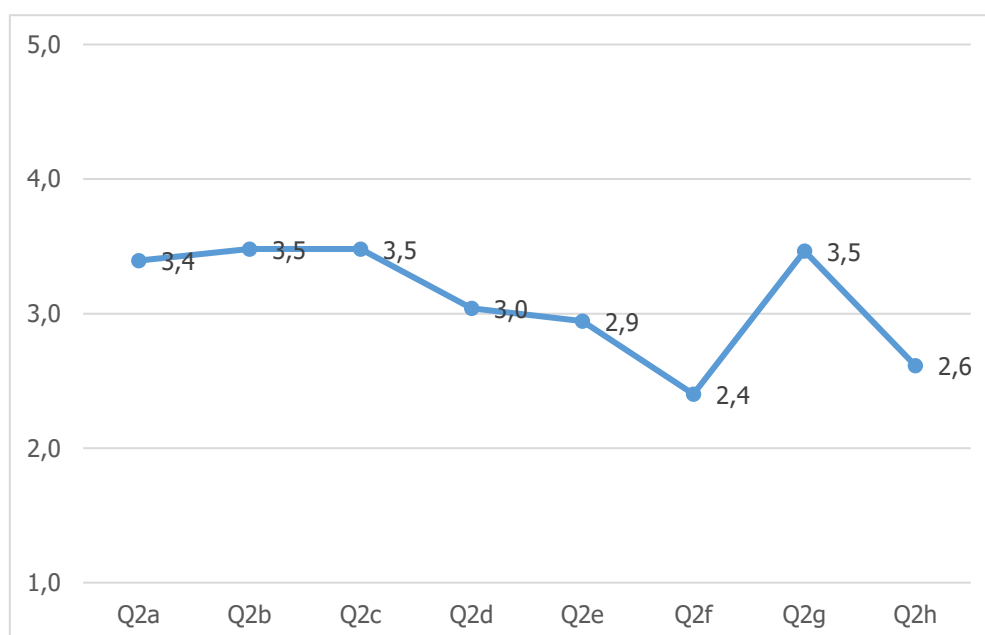
Considerando a atual importância do uso de recursos digitais, que incluem frequentemente o acesso sob certas condições a bases de dados pagas pelas instituições, sobretudo no âmbito das bibliotecas académicas que representam uma fatia importante da nossa amostra, parece-nos que seria útil reforçar a divulgação de informação sobre esta matéria. De facto, ao registar-se que 44,8% dos inquiridos apresenta uma familiaridade com a temática que varia entre o pouco familiar e nada familiar, fica evidente a necessidade de melhorar os conhecimentos nesta matéria por parte dos inquiridos da amostra.

Será ainda de sublinhar que relativamente ao *copyright* (direito de cópia), que consiste genericamente no facto de o autor de uma obra permitir que esse trabalho seja utilizado, modificado e difundido, desde que as modificações daí resultantes não sejam elas próprias objeto de restrições em matéria de cópia ou de outro uso, 77,2% dos respondentes indica que o seu grau de familiaridade varia entre nenhuma, muito pouca ou pouca. Sublinha-se mesmo que o valor mais alto, de 37,8%, corresponde aos que indicaram não estarem nada familiarizados com a temática.

Também a noção de uso aceitável (*fair use*) precisa de ser divulgada de modo a reforçar o seu conhecimento por parte dos inquiridos, 69,3% dos quais afirmaram que não tinham nenhuma, muito pouca ou pouca familiaridade com o assunto. Aliás, neste item, a opção mais escolhida, com 31,5%, correspondeu à indicação “nada familiar”. Ainda que seja uma regra do direito americano que define limitações aos direitos de autor no sentido de facilitar o uso da obra em situações específicas, por exemplo em contexto educacional, atendendo a que uma grande quantidade de informação disponível online tem origem nos EUA, o conhecimento desta temática é relevante para os profissionais da informação em Portugal, sobretudo no contexto das bibliotecas académicas.

Verifica-se ainda que a familiaridade com os direitos de autor relacionados com recursos disponibilizados em contextos de *e-learning* apresenta níveis baixos, pois 61,4% dos respondentes indicou ter nenhuma, muito pouca ou pouca proximidade com a matéria. Se atendermos à importância que as plataformas de *e-learning* têm assumido nos diferentes graus de ensino esta também é uma matéria relevante para os profissionais da informação.

Gráfico 3 – Grau médio de familiaridade com os direitos de autor do ponto de vista das condições de acesso (Q2)



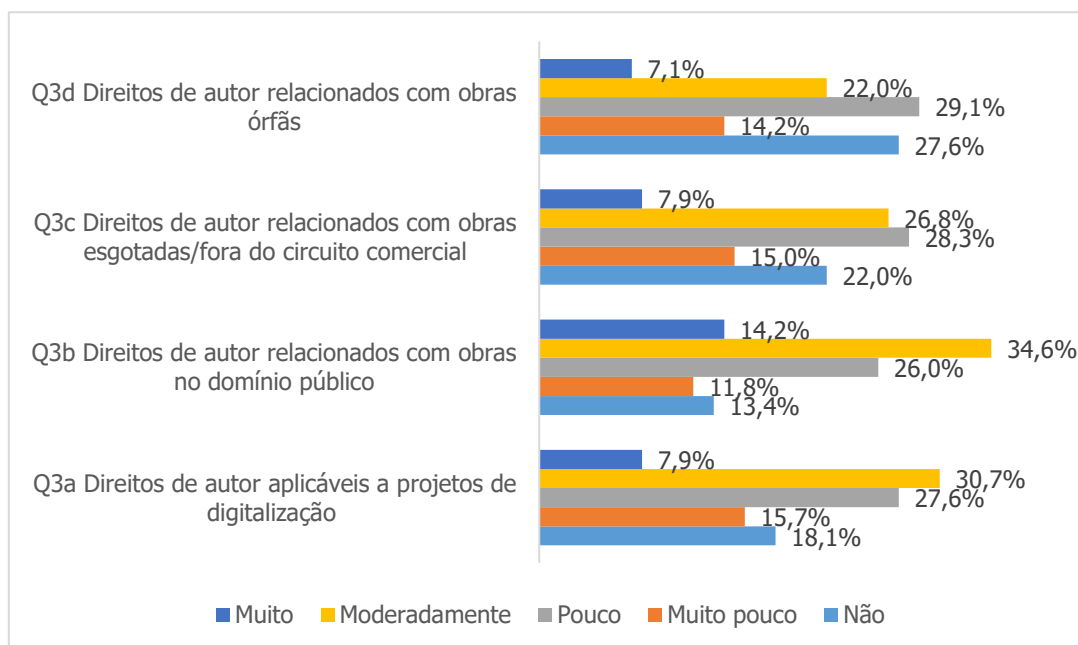
Do ponto de vista do grau médio de familiaridade com os direitos de autor na perspectiva das condições de acesso (Gráfico 3), verifica-se um nível muito mediano nestas temáticas. Com efeito, os valores mais elevados de 3,5 correspondem apenas a três itens, condições de uso de licenças na sua instituição, direitos de autor no âmbito dos repositórios institucionais e *Open Access*, *Open Data*, *Open Educational Resources*. No caso da temática do *copyleft* (2,4) e do uso aceitável (2,6) o nível de familiaridade apresenta uma tendência negativa. Verifica-se, portanto, que a familiaridade com estas temáticas está bastante afastada da zona ideal, que se situaria entre o nível 4 e 5. Contudo, esta situação está alinhada com os resultados apresentados na Bulgária, Croácia, França e Turquia (Todorova, *et al.*, 2014, p. 143).

Quanto às especificidades da incidência dos direitos de autor em situações distintas, os inquiridos foram questionados acerca da sua familiaridade relativamente a projetos de digitalização, a obras caídas no domínio público, a obras esgotadas/fora do circuito comercial e a obras órfãs (Q3). Pela análise dos dados do

Gráfico 4, constata-se que as opções mais escolhidas dizem respeito a uma familiaridade moderada com os direitos de autor aplicáveis a projetos de digitalização (30,7%) e aos direitos de autor relacionados com obras no domínio público (34,6%). Neste último caso, há ainda 14,2% que indica ter muita familiaridade com a temática, indiciando que esta será aquela com a qual os profissionais têm mais proximidade. Já no que toca à familiaridade com os direitos de autor relacionados com obras esgotadas/fora do circuito comercial (28,3%) e com os direitos de autor relacionados com obras órfãs (29,1%), obras para as quais não é possível identificar ou localizar o proprietário dos direitos autorais, predomina a escolha do pouco familiar. Contudo, tal como demonstram (Resende e Rocha, 2012) as questões suscitadas pelas obras

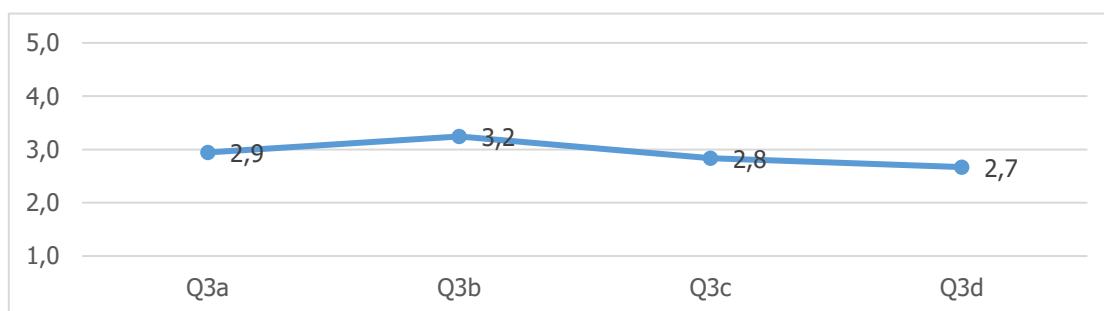
órfãs e fora do circuito comercial representam problemáticas de relevo imediato para as bibliotecas.

Gráfico 4 – Indique se está familiarizado com as temáticas seguintes
[Objeto da incidência dos direitos de autor] (Q3)



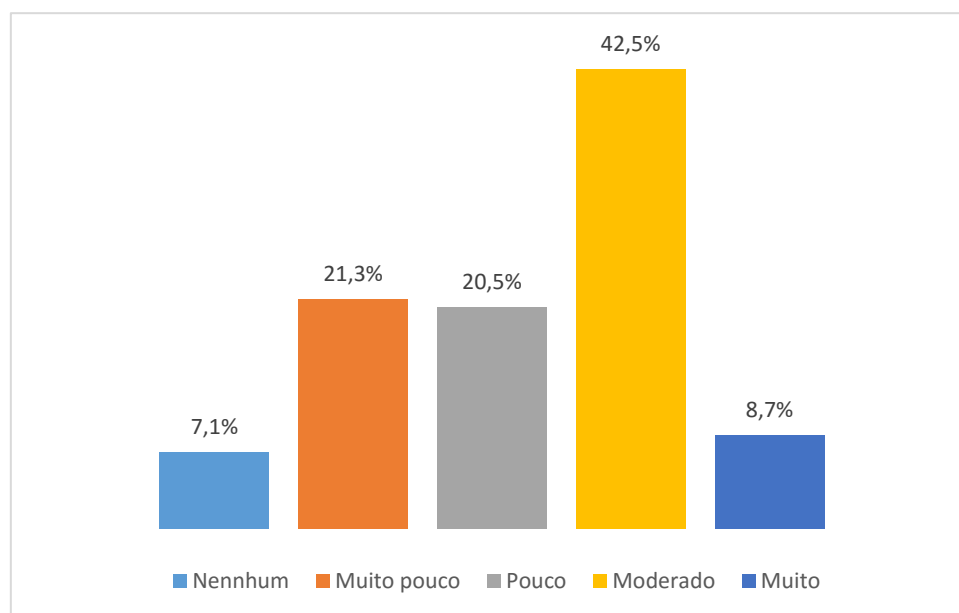
Verifica-se ainda que a opção pela indicação de uma familiaridade nula atinge sempre os dois dígitos, registando o valor mais elevado em relação às obras órfãs (27,6%) e o mais baixo nas obras caídas no domínio público (13,4%).

Gráfico 5 – Grau médio de familiaridade com as variações dos direitos de autor em função do objeto da incidência (Q3)



Face a estes valores, compreende-se que o grau médio de familiaridade com as temáticas associadas a diferentes objetos de incidência dos direitos de autor anda abaixo do nível 3 da escala de Likert, conseguindo atingir o nível 3.2 apenas no caso das obras caídas no domínio público (cf. Gráfico 5). Assim, podemos novamente concluir que, a partir das perceções autorrelatadas dos profissionais que constituíram esta amostra, existe uma lacuna nos seus conhecimentos relacionados com estas vertentes específicas dos direitos de autor, pois a familiaridade que exprimem anda bastante afastada daquela que é considerada ideal, a qual se situa entre o nível 4 e 5 da escala de Likert.

Gráfico 6 – Nível de conhecimento que considera ter relativamente a assuntos relacionados com propriedade intelectual e direitos de autor (Q4)



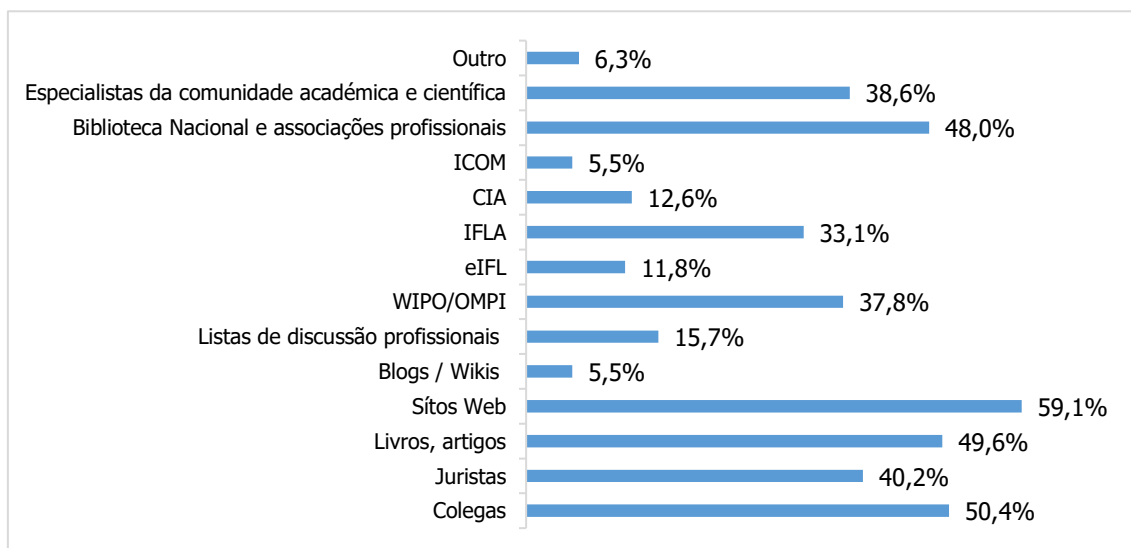
Depois de inquiridos sobre o seu grau de familiaridade em relação a temáticas específicas do direito de autor, os respondentes deviam indicar genericamente qual era o seu nível de conhecimento sobre esta área (Q4). Como se pode constatar no Gráfico 6, 42,5% afirmam ter um conhecimento moderado o que está em consonância com os resultados obtidos nas perguntas anteriores, reforçando a ideia de honestidade nas respostas dadas e também a consciência de que o nível de conhecimento pode ser melhorado, até porque apenas 8,7% afirma ter muito conhecimento nesta matéria e 48,9% exprime a ideia de que não tem nenhum, muito pouco ou pouco conhecimento em relação a este tópico.

No que concerne às fontes de informação privilegiadas para aprofundarem os seus conhecimentos acerca da propriedade intelectual e dos direitos de autor, em consequência das solicitações do seu exercício profissional (Q5), os respondentes indicam fontes bastantes variadas mas poderemos salientar quatro delas porque foram seleccionadas por mais de metade ou quase metade da amostra.

Assim, no Gráfico 7, destacam-se os sítios *web* (59,1%), os colegas (50,4%), os livros e artigos (49,6%), incluindo, por exemplo, obras sobre os direitos de autor para bibliotecários, e a Biblioteca Nacional e associações profissionais (48%). De notar que, as fontes de informação pessoal especializadas nestas matérias apresentam um menor grau de preferência: 40,2% para os juristas e 38,6% para os especialistas da comunidade académica e científica. Sublinhe-se ainda que a procura de colegas é feita possivelmente através de conhecimentos pessoais pois as listas de discussão profissionais apresentam um valor bastante reduzido (15,7%). A procura de fontes de informação internacionais é mediana, nomeadamente no que respeita à World Intellectual Property Organization (WIPO)/Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que regista 37,8% de escolhas, e à International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que apresenta 33,1% de preferências. Já a Electronic Information for Libraries Network (eIFL) constitui uma escolha apenas

para 11,8% dos respondentes. Não deixa ainda de ser interessante constatar que o Conselho Internacional do Arquivos (CIA) é procurado por 12,6% dos inquiridos ainda que a amostra seja constituída apenas por 7,8% de arquivistas, tal como indicado acima. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) tem uma percentagem residual de escolhas (5,5%) mas a amostra inclui apenas um profissional que declara exercer na área dos museus.

Gráfico 7 – Fontes de informação para aprofundar o seu grau de conhecimento acerca da propriedade intelectual/direitos de autor, por razões decorrentes das atividades que desempenha na sua instituição (Q5)



Note-se que estes resultados são bastante diferentes das escolhas registadas na amostra francesa onde as preferências vão para os sítos web (77,5%), livros e artigos (72,3%), colegas (57,8%) *blogs* e *wikis* (43,8%) e listas de discussão profissionais (42,6%), IFLA e WIPO/OMPI (12,5%) e eFil (1,5%) (Boustany, 2014, p. 95-96). A diferença entre os resultados franceses e portugueses reside essencialmente no grau de preferência evidenciado face aos *blogs* e *wikis* bem como às listas de discussão profissionais, que em Portugal registaram valores pouco significativos. Se tivermos em conta que a comunidade bibliotecária francesa é muito mais numerosa que a portuguesa, dificultando os contactos pessoais diretos, poderemos encontrar aí alguma explicação, que necessitaria de ser analisada de modo mais aprofundado.

De referir ainda que os valores medianos registados na procura de fontes de informação internacionais (IFLA, WIPO/OMPI ou eFIL) encontram algum suporte nos resultados obtidos na pergunta onde se solicitava aos inquiridos se tinham conhecimento de iniciativas de organismos como a IFLA e a eFIL relativamente a novas exceções e limitações para os direitos de autor aplicáveis em instituições culturais (Q9). De facto, aqui verifica-se que apenas 15,7% (nº 20) afirma estar a par dessas iniciativas e 84,2% (nº 1017) responde negativamente.

4.3. Conhecimentos em matéria de direitos de autor

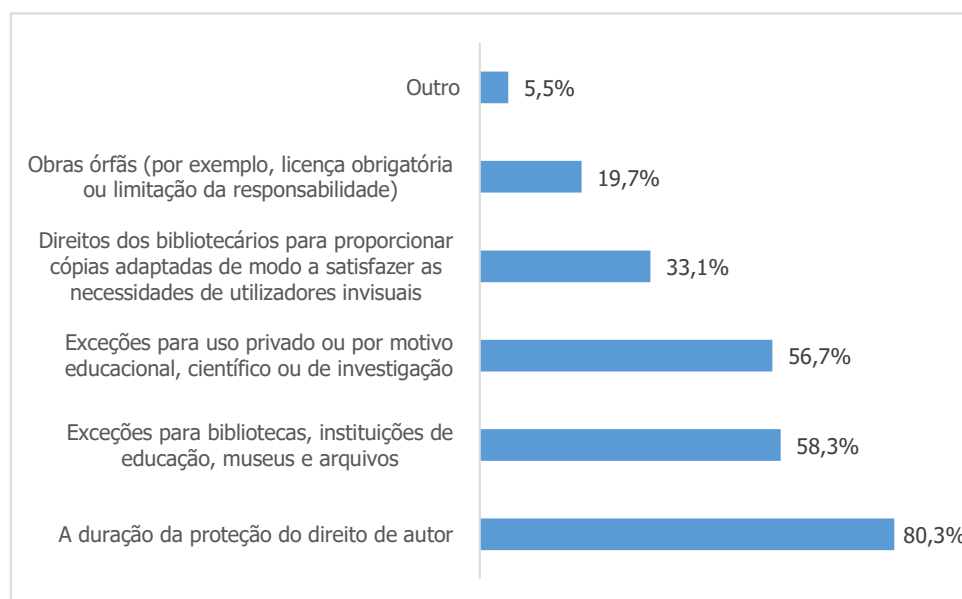
Quando inquiridos sobre o seu interesse relativamente às iniciativas em matéria de direitos de autor promovidas por entidades internacionais e nacionais (Q6), os respondentes apresentam níveis mais elevados de empatia. Com efeito, 30,7% (nº 39)

afirmam-se muito interessados e 33,8% (nº 43) moderadamente interessados. Assim, no que respeita às iniciativas internacionais poderemos concluir que apesar de interessados os respondentes não se consideram atualizados nesta matéria. Os restantes valores oscilam entre 5,5% (nº 7), para a opção não me interessam, os 14,1% (nº 18), relativos ao interessam-me ligeiramente, e os 15,7% (nº 20), para interessam-me pouco. O valor médio na escala de Likert corresponde a 3,7, denotando um interesse positivo.

O questionário distribuído compreendia duas perguntas (Q7 e Q8) específicas sobre aspetos relacionados com as realidades nacionais. Assim, os respondentes foram inquiridos acerca da existência de uma estratégia nacional em matéria de direitos de autor (Q7), havendo resultados mitigados: 42,5% (nº 54) responderam que sim e outros tantos que não sabiam, além de 14,9% (nº 19) que indicaram não existir tal estratégia.

Foi ainda incluída uma questão onde se solicitava a identificação dos aspetos contemplados na legislação nacional em matéria de direitos de autor (Q8).

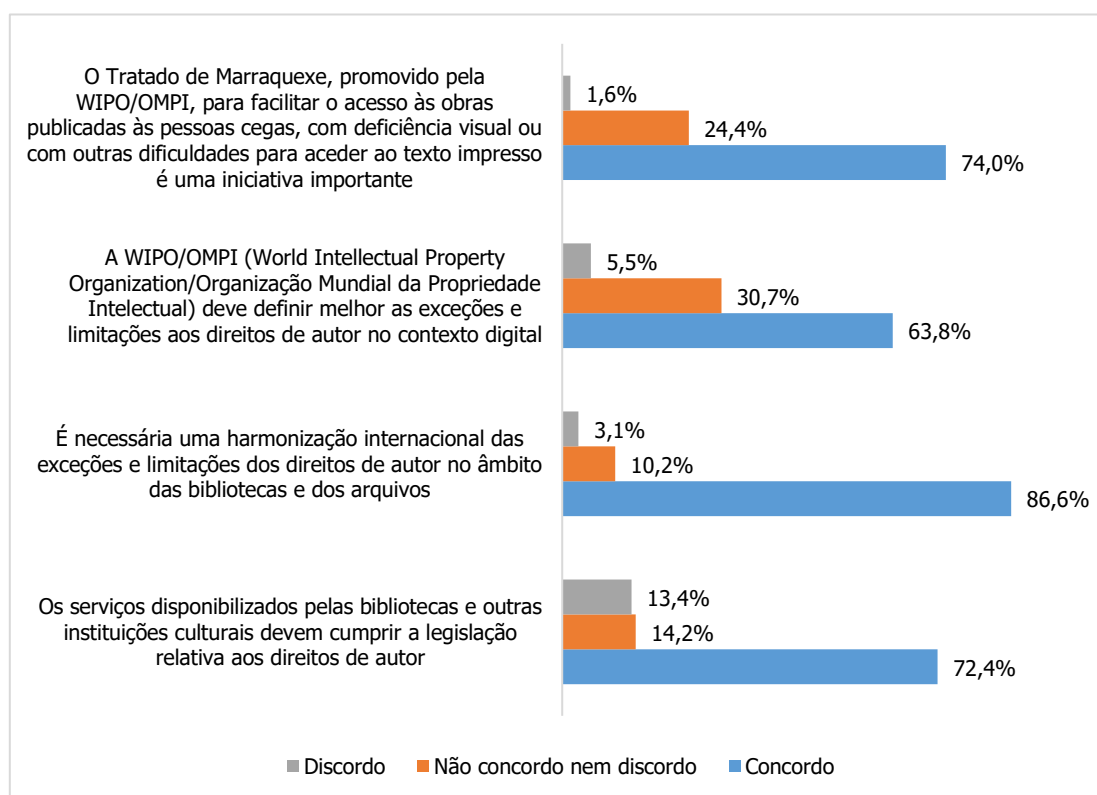
Gráfico 8 – Quais os aspetos contemplados na legislação nacional em matéria de direitos de autor (Q8)



Conforme se pode verificar no Gráfico 8, uma maioria muito significativa de inquiridos (80,3%) considera que a legislação portuguesa abrange determinações acerca da duração da proteção do direito de autor, aspeto que de facto está incluído em diversos apartados do *Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos*, aprovado pelo Decreto-lei n.º 63/85, de 14 de março, e sucessivamente atualizado através de diplomas específicos. Já no que respeita à existência de exceções para bibliotecas, instituições de educação, museus e arquivos, houve uma maioria menos significativa de respondentes (58,3%) a assinalarem a sua existência, ainda que o artigo 75º, 2º do mesmo diploma legal estipule que são lícitas, sem o consentimento do autor, «a comunicação ou colocação à disposição do público, para efeitos de investigação ou estudos pessoais, a membros individuais do público por terminais destinados para o

efeito nas instalações de bibliotecas, museus, arquivos públicos e escolas, de obras protegidas não sujeitas a condições de compra ou licenciamento, e que integrem as suas colecções ou acervos de bens». A consagração de exceções para uso privado ou por motivo educacional, científico ou de investigação foi somente apontada por 56,7% dos inquiridos ainda que ela esteja de facto contemplada na legislação portuguesa, como aliás indicia o artigo referido. No que toca à existência do direito dos bibliotecários para proporcionar cópias adaptadas de modo a satisfazer as necessidades de utilizadores invisuais, houve um terço dos inquiridos a incluírem esta prerrogativa na legislação nacional em matéria de direitos de autor, a qual não se pode considerar como um direito específico dos bibliotecários, pois o artigo 80, que resulta da revisão efetuada pela Lei n.º 45/85, de 17 de setembro, estabelece que «será sempre permitida a reprodução ou qualquer espécie de utilização, pelo processo Braille ou outro destinado a invisuais, de obras lícitamente publicadas, contanto que essa reprodução ou utilização não obedeça a intuito lucrativo». Por fim, houve 19,7% da amostra a assinalar que as obras órfãs estão contempladas na legislação nacional em matéria de direitos de autor. Contudo, na verdade, esta temática é tratada no artigo 26.º-A, do *Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos*, que resulta de um aditamento feito pela Lei n.º 32/2015, de 24 de abril. Ainda assim, deve sublinhar-se que quando o inquérito foi aplicado, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, este apartado ainda não fazia parte da legislação em vigor. A percentagem residual (5,5%) de respondentes que escolheram a opção “outro” limitou-se a indicar “não sei”.

Gráfico 9 – Opinião sobre direitos de autor em contextos específicos (Q10)

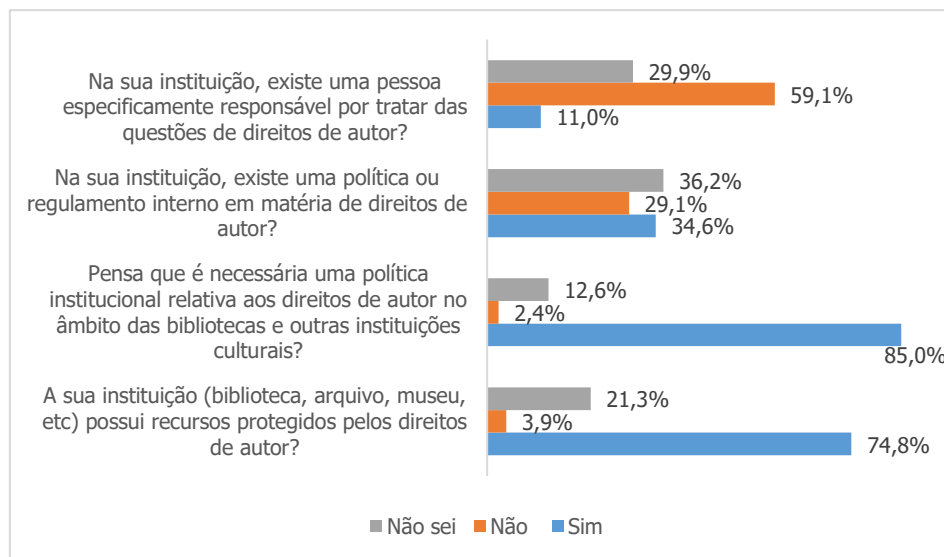


Quando chamados a pronunciarem-se sobre aspetos da aplicação dos direitos de autor em contextos específicos (Q10), os inquiridos mostraram uma concordância significativa em todas as situações (Gráfico 9). Assim, 72,4% concordam que os serviços disponibilizados pelas bibliotecas e outras instituições culturais devem cumprir a legislação relativa aos direitos de autor mas não podemos deixar de assinalar que um pouco mais de um quarto (27,6%) indica que não concorda ou que não concorda nem discorda, evidenciando que não se reveem num cumprimento estrito das obrigações legais por parte dos serviços de informação no que respeita aos direitos de autor. Simultaneamente, 86,6% é da opinião que é necessária uma harmonização internacional das exceções e limitações dos direitos de autor no âmbito das bibliotecas e dos arquivos, reforçando a ideia de que os serviços de informação apresentam particularidades que devem ser atendidas no contexto de aplicação dos direitos de autor e também que importa criar normativas que extravasem os contextos nacionais, aspeto bem compreensível se tivermos em conta que a principal fonte de acesso à informação na atualidade, a Internet, apresenta um carácter supranacional. Neste sentido, 63,8% dos respondentes concorda que a WIPO/OMPI deve definir melhor as exceções e limitações aos direitos de autor no contexto digital mas há 30,8% que prefere manter uma posição neutra, indicando que não concorda nem discorda. Por fim, 74% da amostra encara como uma iniciativa importante o Tratado de Marraquexe, promovido pela WIPO/OMPI, para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso. Este documento, que foi assinado a 27 de julho de 2013 pelos 186 países membros da WIPO/OMPI, destina-se a aumentar a quantidade de material impresso adaptado às pessoas com incapacidade para ler ou manusear o livro, fomentando o seu contacto com a palavra escrita. Para que as disposições do documento se tornem uma realidade, é necessário que 20 Estados Membros da WIPO/OMPI ratifiquem o documento, o que ainda não aconteceu, mesmo em Portugal, apesar de o documento já estar traduzido na nossa língua (*Tratado de Marraquexe: Tratado que facilita, às pessoas com incapacidade visual e às pessoas com dificuldade para aceder ao texto impresso, o acesso às obras publicadas*, 2013).

4.4. Políticas de direitos de autor a nível institucional

No que respeita aos serviços de informação, os direitos de autor e direitos conexos são aplicados em contextos específicos, tanto no que diz respeito às tipologias informacionais, como às funções dos serviços ou aos utilizadores. Assim, com base na legislação vigente, em alguns casos dispersa e com atualizações sucessivas, é importante que as unidades de informação definam e divulguem a sua política de direitos de autor a nível institucional, de modo a dá-la a conhecer aos seus colaboradores e aos que usufruem dos seus serviços. Nestes pressupostos, o questionário distribuído apresentava uma pergunta relativa a esta matéria (Q11), conforme os dados apresentados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Políticas de direitos de autor a nível institucional

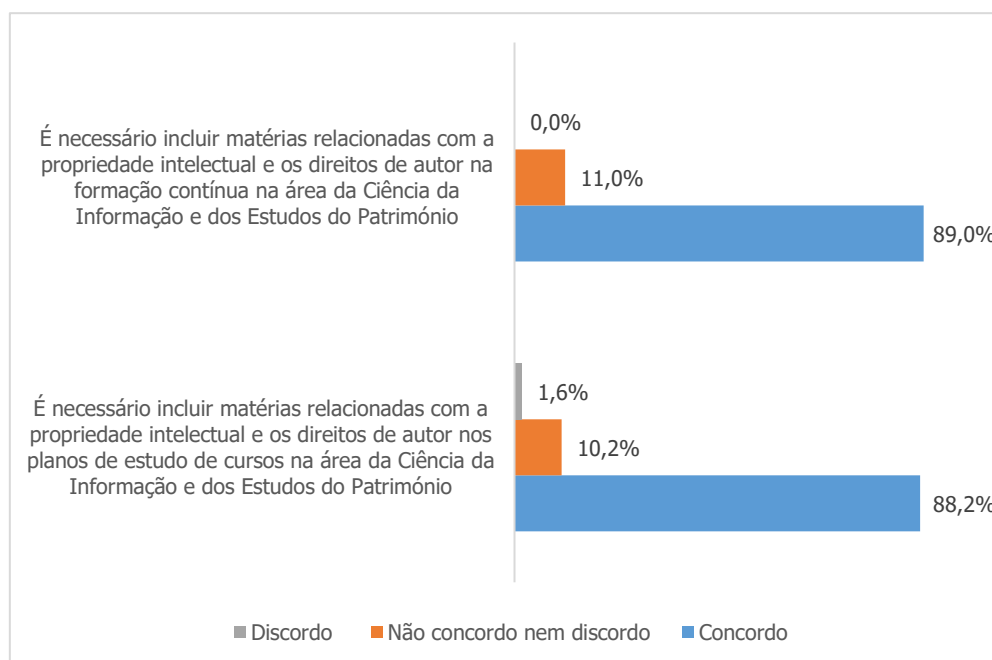


Procurou saber-se se os inquiridos tinham conhecimento da existência na sua instituição de recursos protegidos pelos direitos de autor, havendo 74,8% a responder afirmativamente mas não podemos deixar de sublinhar que um pouco mais de um quinto referiu não saber. Esta afirmação de desconhecimento é reforçada pelo facto de 36,2% indicar que não sabe se na sua instituição existe uma política ou regulamento interno em matéria de direitos de autor. Parece, aliás, que esta política só existe em 34,6% das instituições onde os respondentes colaboram, havendo 29,1% onde declaradamente não se confirma a sua existência. Ainda assim, 85% pensa ser necessária uma política institucional relativa aos direitos de autor no âmbito das bibliotecas e outras instituições culturais e só uma percentagem residual de 2,4% afirma o contrário. Portanto, nesta matéria parece haver quase unanimidade entre os inquiridos. Em termos práticos, os resultados mostram também que, nas instituições abrangidas pelo inquérito, não é usual haver uma pessoa específica encarregue do tratamento das questões de direitos de autor, pois apenas 11% afirma tal existência e 59,1% indica o contrário. Não deixa também de ser significativo haver 29,9% dos inquiridos a referirem não saber, o que pode indiciar uma divulgação deficiente do exercício das funções em termos internos.

4.5. A formação sobre direitos de autor para os profissionais da informação

Relativamente à inclusão de matérias relacionadas com a propriedade intelectual e os direitos de autor (Q12), tanto na formação inicial na área da Ciência da Informação e dos Estudos do Património (88,2%) como na formação contínua (89%), os respondentes foram quase unânimes em concordar que esta era necessária (Gráfico 11). Assim, poderemos deduzir a sua sensibilidade para o assunto e também o facto de o considerarem relevante em termos de formação inicial e de atualização permanente. Sublinhe-se ainda que os que discordam representam um número muito residual e os que preferem manter uma posição neutra, não concordando nem discordando, rondam os 10%, seja relativamente à formação inicial ou à formação contínua.

Gráfico 11 – Inclusão de matérias sobre direitos de autor na formação inicial e na formação contínua (Q12)



Quando inquiridos sobre o nível de formação, na área da Ciência da Informação, no qual devem ser incluídas matérias relacionadas com a propriedade intelectual e os direitos de autor (Q13), a quase totalidade dos respondentes indicou o nível da licenciatura (91,3%, n° 116), um pouco mais de metade o segundo ciclo correspondente ao mestrado (59,1%, n° 75) e 36,2% (n° 46) apontou a sua inclusão nos estudos doutorais. Apenas 3,2% (n° 4) indicou em nenhum nível. Portanto, a amostra parece reconhecer a temática da propriedade intelectual e dos direitos de autor como uma vertente basilar da formação dos profissionais da informação, sendo imprescindível considerá-la ao nível da formação superior inicial conferida pela licenciatura.

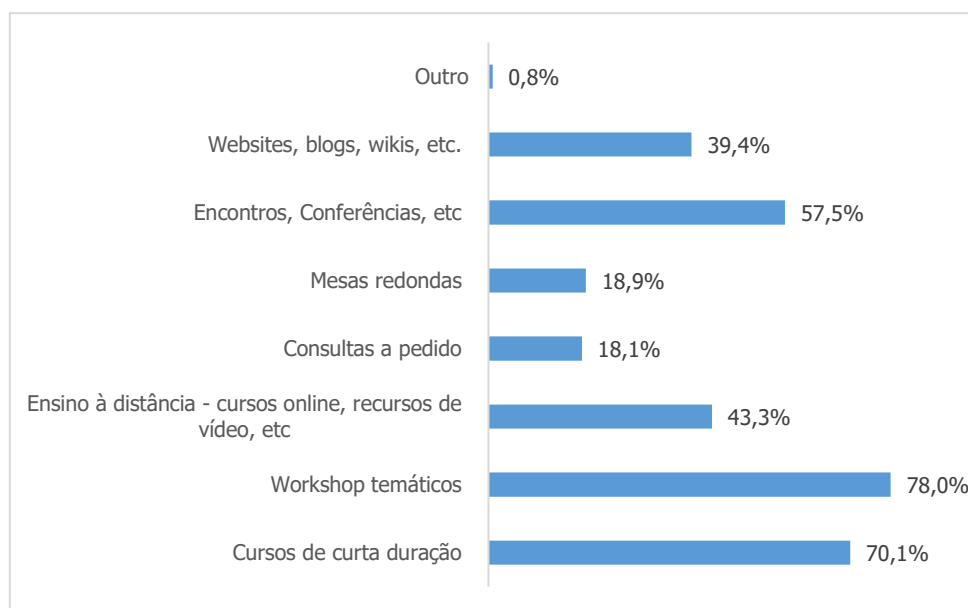
Foi ainda solicitado aos respondentes que indicassem os assuntos relacionados com a propriedade intelectual e os direitos de autor que consideravam passíveis de serem incluídos nos planos de estudos da Ciência da Informação (Q14). Tratava-se de uma pergunta aberta, na qual foram recolhidos 32 contributos, dos quais salientaremos alguns. Algumas respostas foram bastante genéricas: «todos os assuntos relacionados com a temática»; «direitos de autor para serviços de informação»; «legislação sobre direitos de autor, diretrizes para disponibilização da informação»; «legislação nacional e internacional sobre direitos de autor. Direitos de autor para informação digital»; «considero que os direitos de autor, em geral, devem fazer parte do plano estudos de qualquer curso de Ciência da Informação e também deviam ser ministradas informações específicas em qualquer curso superior»; «todos, pelo menos de uma maneira generalista»; «todos, pois só o conhecimento geral do assunto permite a sua eficaz e eficiente aplicabilidade». Houve igualmente repostas mais detalhadas e específicas: «numa primeira fase, penso que poderá ser incluída uma abordagem mais geral com os tópicos mais procurados: p. ex. o que é o direito de autor, o que é a propriedade intelectual, e incidir sobretudo sobre a informação digital pois penso ser

a área de mais desconhecimento e onde se cometem mais lacunas. Penso também que numa outra fase se poderá entrar dentro de campos mais específicos como a patente»; «condições de cópia e reprodução, plágio, acesso livre, direito à privacidade, restrições ao acesso»; «alguma formação sobre propriedade intelectual, sobre o comodato e discussão sobre o exercício do direito à propriedade intelectual versus a função social e educativa das bibliotecas e o seu papel preponderante na divulgação de autores»; «direito de autor: liberdade de criação e proteção do direito de autor. Propriedade intelectual: proteção da liberdade de criação. Objeto do direito de autor. Exceções e limites do direito de autor. Harmonização. Novas tecnologias e novos desafios da sociedade da informação. Internet. Novos suportes, novos tipos de documentos»; «direitos de autor (legislação nacional e internacional), *fair use*, alternativas ao copyright; (licenças CC, *copyleft*); políticas comunitárias, direitos de autor em ambiente digital, utilização ética da informação»; «quando esgotada a publicação, qual o procedimento?»; «reprodução de documentos em arquivos e bibliotecas. Protecção da propriedade intelectual: limites ao acesso e difusão. Digitalização de documentos para conservação e difusão»; «duração dos direitos de autor; quais as exceções dos direitos de autor; quais as instituições em Portugal e no estrangeiro que tratam de questões sobre direitos de autor»; «licenças *Creative Commons*, Acesso Aberto e Recursos Educacionais Abertos».

Aos inquiridos foi também pedido que apontassem os assuntos relacionados com a propriedade intelectual e os direitos de autor que consideravam adequados para ações de formação contínua, na área da Ciência da Informação (Q15). Houve 23 contributos, de que iremos salientar os que nos parecem mais relevantes. Algumas respostas enfatizam a vertente da atualização de conhecimentos: «atualização dos dispositivos legais, nacionais e internacionais»; «acredito que vão existindo alterações no que diz respeito à propriedade intelectual e aos direitos de autor, essas alterações devem ser abordadas na formação contínua. Mais uma vez acredito que seja necessário enfatizar a informação digital que vai sofrendo grandes evoluções»; «atualizações sobre direitos digitais»; «principalmente as particularidades da propriedade intelectual e dos direitos de autor, quer nacionais quer internacionais, bem como as inovações e avanços relacionados com esses temas». Há ainda respostas que elencam temáticas a serem abrangidas, como «propriedade industrial, patentes, defesa dos direitos, teses e relatórios, o que pode estar disponível online ou não. Como implementar procedimentos de proteção, etc.»; «em forma de seminários é possível falar de repositórios científicos. O que se pode divulgar, que tipo de autorizações deve haver dos autores, dos editores, das instituições, das entidades que patrocinam os estudos etc. Este tipo de assuntos é muito pouco conhecido da maioria dos profissionais de informação e dos próprios autores»; «protecção dos direitos de acesso à informação; protecção do Domínio Público»; «*Creative Commons*»; «política de direitos de autor. Legislação e sua aplicação prática»; «ética profissional e deontologia».

Já no que respeita às modalidades de formação contínua convenientes para atualizar/aprofundar as temáticas da propriedade intelectual e dos direitos de autor (Q16), os inquiridos selecionaram um leque variado de preferências (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Modalidades de formação contínua apropriadas para as temáticas da propriedade intelectual e dos direitos de autor (Q16)



As opções mais frequentes foram os workshops temáticos (78%) e os cursos de curta duração (70,1%). Os respondentes parecem orientar-se para abordagens práticas e com uma duração limitada no tempo. Os encontros e as conferências (57,5%) também agradam à maioria dos inquiridos, permitindo não só a atualização de conhecimentos como o contacto direto com outros profissionais interessados pela mesma temática. De notar que as modalidades de formação envolvendo as Tecnologias de Informação e Comunicação, como cursos online ou recursos de vídeo (43,3%) e os sítios *web*, *blogs*, *wikis*, entre outros, (39,4%), não chegam a agradar a metade dos inquiridos, que parecem preferir predominantemente modalidades tradicionais.

5. Considerações finais

Relativamente à pesquisa aqui apresentada, importa salientar, dada a dimensão da amostra, que se trata de uma abordagem diagnóstica que ganharia em ser alargada de modo a abranger um maior número de inquiridos bem como uma maior diversidade de profissionais, com um foco especial nos que exercem a sua atividade no âmbito de serviços de arquivo ou em museus. Apesar destas limitações, os elementos recolhidos são um bom ponto de partida para conhecer a realidade portuguesa no que toca à competência dos profissionais da informação em relação às temáticas dos direitos de autor e direitos conexos.

Como se pôde constatar nos apartados anteriores, através de comportamentos autorrelatados e de autoperceções, os inquiridos revelaram um nível de conhecimento e de competências mediano. Além de outras análises que possam ser feitas, importa enfatizar que os respondentes parecem ter evidenciado um grau significativo de honestidade nas suas escolhas, não optando pelas respostas que poderiam ser

percecionadas como desejáveis. Nesta perspetiva, é lícito atribuir um grau significativo de fiabilidade ao estudo.

Face aos resultados obtidos, poderemos sublinhar que os inquiridos evidenciam a necessidade de aumentar a sua familiaridade com as temáticas dos direitos de autor, no contexto nacional mas em especial numa perspetiva internacional. Atendendo à circulação da informação de modo globalizado, os profissionais da informação não se podem restringir ao conhecimento da regulamentação do seu país, necessitando de uma visão mais abrangente e complexa. A melhoria na familiaridade com as condições de acesso aos recursos informacionais, regidas pelos direitos de autor, também se apresenta como um imperativo, em especial no que respeita aos recursos digitais, sob as mais variadas formas. A familiaridade com os direitos de autor aplicáveis a obras esgotadas/fora do circuito comercial e a obras órfãs revela igualmente necessidade de melhorias significativas. Apesar destes números pouco animadores, os respondentes selecionaram fontes pertinentes e variadas para aprofundar os seus conhecimentos em matéria de direitos de autor, incluindo fontes documentais em várias modalidades e fontes pessoais. Por outro lado, os inquiridos também registam um interesse positivo pelas iniciativas nacionais e internacionais em matéria de direitos de autor. Contudo, no âmbito nacional, este interesse não se materializa num conhecimento real de alguns aspetos contemplados na legislação portuguesa em matéria de direitos de autor. Este conhecimento revela-se para os tópicos mais evidentes mas apresenta deficiências quanto aos restantes. Em matéria de direitos de autor a nível institucional, parece haver igualmente aspetos a melhorar tanto no que diz respeito ao conhecimento dos profissionais como da ação das próprias instituições. A receptividade sobre a inclusão de matérias relacionadas com a propriedade intelectual e os direitos de autor é bastante significativa e constitui um pano de fundo favorável à melhoria do nível de conhecimentos e competências nesta área. Quanto aos tópicos a incluir nesta formação as respostas obtidas ainda que não tenham sido muito numerosas apontam caminhos interessantes.

Referências

- Boustany, J. (2014). Copyrights literacy of librarians in France. In Kurbanoglu, S. *et al.*, ed. *Information literacy: lifelong learning and digital citizenship in the 21st century* (p. 91-100). Heidelberg: Springer.
- Dias, M. do C., Fernández Molina, J. C.; Borges, M. M. (2011). O Nível de conhecimento da legislação de direitos de autor dos profissionais da documentação em Portugal: o caso das bibliotecas universitárias. In Encuentro Iberico EDICIC, 5º, Badajoz, 2011 – *Límites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información: actas* (p. 181–191). Badajoz: Universidad de Extremadura.
- Dias, M. do C., Fernández Molina, J. C.; Borges, M. M. (2013). Os Profissionais da documentação em Portugal e o seu nível de conhecimento sobre a legislação dos direitos de autor: o caso das bibliotecas municipais. In Encontro Ibérico EDICIC, 6º, Porto, 2013 – *Globalização, Ciência e Informação: atas*. (p. 573–589).

Porto: FLUP, CETAC.MEDIA.

- Comissão das Comunidades Europeias (2005). *Livro verde: o direito de ator na economia do conhecimento*. Bruxelas. Acessível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0466&from=PT>.
- Pinto, L. G.; Ochôa, P. (2006). *A Imagem das competências dos profissionais de informação-documentação: relatório*. Lisboa. Acessível em: <http://observatorioid.webnode.pt/estudos/a-imagem-das-compet%C3%A2ncias-dos-profissionais-i-d/>.
- Portugal (2008). *Código do direito de autor e dos direitos conexos: versão consolidada*. Acessível em: http://viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/dirautconx_t.pdf.
- Resende, J.; Rocha, M. L. (2012). Direitos de autor em ambiente digital: desenvolvimentos recentes na legislação comunitária. In 11º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - *Integração, Acesso e Valor Social*. Acessível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/420>.
- Rosa, A. M. (2009). *Os Direitos de autor e os novos média*. Coimbra: Editora Angelus Novus.
- Todorova, T., et al. (2014). A Multinational study on copyright literacy competencies of LIS professionals. In Kurbanoglu, S., et al., ed. *Information literacy: lifelong learning and digital citizenship in the 21st century* (p. 138–148). Heidelberg: Springer.
- Tratado de Marraquexe: Tratado que facilita, às pessoas com incapacidade visual e às pessoas com dificuldade para aceder ao texto impresso, o acesso às obras publicadas*. (2013). Acessível em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/publicacoes/tratado-de-marraquexe>.
- União Europeia (2001). Diretiva 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Série L*, 167, 10-19.
- Yankova, I., et al. (2013). A Bibliographical overview of “copyright literacy” as a key issue in memory institution management. In Kurbanoglu, S., et al., ed. *Worldwide commonalities and challenges in information literacy research and practice: ECIL 2013* (p. 655–661). Heidelberg: Springer.